****

**Estudo de Viabilidade de uma Universidade Distrital**

Relatório Síntese 3.2

|  |
| --- |
| **Identificação do Projeto** |
|  |  |
| Nome do Projeto | Desenvolvimento de projeto de pesquisa de uma Universidade do Distrito Federal |
| Produto | Documento contendo a proposição de políticas e ações para pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico culturalDocumento contendo proposição de políticas e ações de ensino para os cursos de graduação e pós-graduação, presencial e a distânciaDocumento contendo a proposição da organização didático-pedagógica dos cursos com métodos, técnicas e metodologias ativas de ensino Documento contendo proposição de políticas e ações para extensãoDocumento contendo proposição de política de comunicação interna e externaDocumento contendo a proposição de políticas para o acompanhamento de egressosProposta de política de atendimento ao discente |
| Diretoria | Executiva |
| Coordenação do projeto | Claudia Maffini Griboski |
| Consultor  | Mário Cesar Barreto | Angelo Cortelazzo | Bernadete Cordeiro | Karla L. Bento |
| Data | 31/03/2022 |

**SUMÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
| 1. INTRODUÇÃO | 3 |
|  |  |
| 2. AÇÃO 3 - PESQUISA DE MODELOS INOVADORES DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA: PROPOSTA DE MODELAGEM PARA A ESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DISTRITAL | 5 |
|  |  |
| 3. ATIVIDADE 3.2. ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS ACADÊMICAS COM ÊNFASE NAS ÁREAS RELATIVAS À INOVAÇÃO, ÀS TECNOLOGIAS E ÀS ENGENHARIAS | 7 |
|  |  |
| 3.1. DOCUMENTO CONTENDO A PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL. | 8 |
|  |  |
| 3.2. DOCUMENTO CONTENDO PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES DE ENSINO PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, PRESENCIAL E À DISTÂNCIA. | 18 |
|  |  |
| 3.3. DOCUMENTO CONTENDO A PROPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DOS CURSOS COM MÉTODOS, TÉCNICAS E METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO | 21 |
|  |  |
| 3.4. DOCUMENTO CONTENDO PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA EXTENSÃO | 23 |
|  |  |
| 3.5. DOCUMENTO CONTENDO PROPOSIÇÃO DE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA | 27 |
|  |  |
| 3.6. DOCUMENTO CONTENDO A PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PARA O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS | 28 |
|  |  |
| 3.7. PROPOSTA DE POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE | 29 |
|  |  |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 33 |
|  |  |
| 5. REFERÊNCIAS | 34 |

# INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é apresentar a síntese dos produtos desenvolvidos para a atividade 3.2: “Elaboração das políticas acadêmicas com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias”, conforme estabelecido no Plano de Trabalho[[1]](#footnote-1). Destaca-se, porém, que a partir dos termos estabelecidos, propomos um modelo articulação entre as ações e as atividades a serem desenvolvidas. Visando, justamente, ao melhor entendimento do conjunto das proposições das políticas de desenvolvimento institucional, acadêmicas, de gestão e infraestrutura, e, sobretudo, a construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Essa articulação resultou na constituição das seguintes comissões temáticas:

Quadro 1 – Comissões e vinculações temáticas – [Plano de articulação das ações 3 e 4.](file:///C%3A%5CUsers%5CNathalia%20de%20Paula%5CProposta%20de%20articulac%CC%A7a%CC%83o%20das%20ac%CC%A7o%CC%83es%203%20e%204%20%20-revVF_Comiss%C3%A3o%20%283%29.docx)

|  |  |
| --- | --- |
| Comissões | Vinculações Temáticas |
| 1. Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
 | Abrange planejamento estratégico: missão, visão, valores, eixos, objetivos e metas; avaliação institucional; inovação no âmbito institucional; políticas de internacionalização e mobilidade e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Estatuto. |
| 1. Comissão de Políticas Acadêmicas
 | Políticas definidas para o ensino de graduação e de pós-graduação, a pesquisa e a extensão. Abrangem, ainda, as políticas de comunicação com a sociedade e de atendimento ao estudante. Geralmente admitem, também, as diretrizes para inovação e cultura. |
| 1. Comissão de Políticas de Gestão (Administrativa-Financeira e Organizacional)
 | Políticas de pessoal que incluem processos seletivos para docentes e técnicos administrativos, organização e gestão da instituição, além de sustentabilidade financeira. |
| 1. Comissão de Infraestrutura
 | Políticas voltadas para a instalação, ampliação, manutenção e/ou operação de infraestruturas. Em específico, são políticas de infraestrutura relacionadas aos aspectos de estrutura tecnológica/tecnologias da informação. Dizem respeito à biblioteca virtual, a plataformas de ensino, à gestão, etc., não entrando no mérito das políticas de infraestrutura física como salas, laboratórios e outras. |

Fonte: Cebraspe (2021)

O objetivo das comissões é o de garantir o diálogo entre os consultores, a equipe técnica e a Comissão Gestora do Projeto. Essa metodologia permite o alinhamento de concepções acerca das políticas a serem adotadas pela UnDF e, ao final, culminarão com a apresentação do PDI.



Fonte: Cebraspe (2021a). Elaboração própria

Embora a descrição conste no documento (Plano de Articulação), apresentamos, no Quadro 2, a vinculação por atividade. Por meio dele, é possível observar a relação existente entre cada uma das ações e da atividade dentro do contexto das comissões.

Quadro 2. Articulação das atividades por comissão temática.



Fonte: Cebraspe, 2021ª.

Contudo, mesmo adotando o formato de comissões temáticas, as quais compilam duas ou mais atividades, o Plano de Trabalho, estabelecido em contrato específico não pode ser alterado. Por esse motivo, a apresentação dos documentos ocorrerá por grupo de produtos vinculados às atividades correspondentes, mesmo que esse formato permita apenas uma visão parcial das políticas propostas para a IES. Por exemplo, a comissão de Planejamento e Desenvolvimento Institucional tem produtos relacionados às seguintes atividades: 3.1 (3); 3.4 (3); 3.6 (3); 3.7 (2) e 3.9 (4), perfazendo um total de 15 produtos. Ou seja, para melhor compreendermos as ações e as políticas envolvidas no planejamento da IES, precisamos integrar os produtos de cinco atividades distintas previstas no plano de trabalho, o que isoladamente, apenas permite uma visão parcial.

Destaca-se, ainda, que a visão geral das políticas de desenvolvimento institucional, das políticas acadêmicas, das políticas de gestão e das políticas de infraestrutura, apenas ocorrerá de forma integral e articulada, ao final do projeto, quando todos os produtos das quatro comissões temáticas estiveram finalizados e refletidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Reforçamos que estamos na primeira fase de apresentação dos Produtos, logo o presente relatório traz a síntese e os produtos (em hiperlink) desenvolvidos na atividade 3.2: *“Elaboração das políticas acadêmicas com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias*”.

# AÇÃO 3 – PESQUISA DE MODELOS INOVADORES DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA: PROPOSTA DE MODELAGEM PARA A ESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DISTRITAL

A ação 3 tem por objetivo estruturar a proposta de criação de uma universidade distrital baseada em mecanismos institucionais inovadores de gestão e das estruturas administrativas, que possibilitem a oferta qualificada da educação superior com ênfase nas áreas do conhecimento relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias, e o pleno atendimento às demandas, em especial à parcela da população de menor renda e/ou de mais vulnerabilidade.

Para o cumprimento do objetivo, foram estabelecidas 10 atividades: 3.1 a 3.10, as quais, conforme mencionado anteriormente, foram agrupadas em comissões temáticas.

Quadro 3. Relação de Atividades da Ação 3, quantitativo de produtos e comissão vinculada.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Atividades | Quantitativo de produtos  | Comissões |
| 3.1 Elaboração das políticas de desenvolvimento institucional com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias. | 05 | 1. Planejamento e Desenvolvimento Institucional 2. Políticas Acadêmicas |
| 3.2 Elaboração das políticas acadêmicas com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias. | 07 | 2. Políticas Acadêmicas  |
| 3.3 Elaboração das políticas de gestão com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias. | 03 | 3. Políticas de Gestão |
| 3.4 Elaboração das políticas de planejamento e avaliação. | 03 | 1. Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 3.5 Elaboração das macropolíticas de educação a distância com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias. | 01 | 2. Políticas Acadêmicas |
| 3.6 Proposição de Estatuto Universitário. | 03 | 1. Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 3.7 Elaboração dos documentos norteadores da avaliação institucional. | 02 | 1. Planejamento e Desenvolvimento Institucional |
| 3.8 Estruturação do processo de integração com outras instituições de ensino superior, de pós-graduação, de pesquisa, organizações públicas e privadas e mercado de trabalho com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias. | 01 | 2. Políticas Acadêmicas |
| 3.9 Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (presencial e EaD) com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias. | 03 | 1. Planejamento e Desenvolvimento Institucional  |
| 3.10 Acompanhamento e monitoramento da execução da ação e suas atividades. | --- | NSA |
|   | 28 |  ---- |

A seguir apresentaremos a síntese de cada um dos produtos relativos à atividade 3.2.

#  ATIVIDADE 3.2. ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS ACADÊMICAS COM ÊNFASE NAS ÁREAS RELATIVAS À INOVAÇÃO, ÀS TECNOLOGIAS E ÀS ENGENHARIAS

Conforme visualizado no quadro 3 anteriormente apresentado, a atividade 3.2 envolveu a elaboração de produtos relacionados à comissão de políticas acadêmicas. Nessa perspectiva, foi definido um conjunto de produtos relacionados que permitissem o desenvolvimento esperado para essa atividade. Os produtos estabelecidos estão apresentados no quadro 4 abaixo.

Quadro 4. Relação de Produtos da atividade 3.2

|  |
| --- |
| Atividade 3.2 - Elaboração das políticas acadêmicas com ênfase nas áreas relativas à inovação, às tecnologias e às engenharias |
| Comissão | **Produto vinculado (Cebraspe – Plano de Articulação)** |
| 2. Políticas Acadêmicas | Documento contendo a proposição de políticas e ações para pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico cultural. |
| 2. Políticas Acadêmicas | Documento contendo proposição de políticas e ações de ensino para os cursos de graduação e de pós-graduação, presencial e a distância. |
| 2. Políticas Acadêmicas | Documento contendo a proposição da organização didático-pedagógica dos cursos com métodos, técnicas e metodologias ativas de ensino.  |
| 2. Políticas Acadêmicas | Documento contendo proposição de políticas e ações para extensão. |
| 2. Políticas Acadêmicas | Documento contendo proposição de política de comunicação interna e externa. |
| 2. Políticas Acadêmicas | Documento contendo a proposição de políticas para o acompanhamento de egressos. |
| 2. Políticas Acadêmicas | Proposta de política de atendimento ao discente. |
|  |

A partir dessa contextualização inicial, a seguir é apresentada a síntese dos produtos desenvolvidos nessa atividade e os principais resultados obtidos.

1.
2.

## DOCUMENTO CONTENDO A PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL

O primeiro produto listado para a atividade — anexo 1 — teve como objetivo apresentar proposta de políticas para a Pesquisa, Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Artístico Cultural, observando os seguintes aspectos:

* Promover a tecnologia e a inovação, nas diferentes áreas de conhecimento, visando ao desenvolvimento social, cultural e econômico de forma sustentável e solidária;
* Contribuir com soluções para os problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável da sociedade, valendo-se do fomento a pesquisas;
* Contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; e
* Consolidar-se como uma universidade promotora e comprometida com a pesquisa e inovação, bem como com a difusão do conhecimento científico e da transferência de conhecimento para a sociedade.

Nesse sentido, a partir dessa contextualização, são apresentadas as políticas desenvolvidas, conforme itens a seguir:

* + 1.1Políticas para Pesquisa, Iniciação Científica e Inovação Tecnológica:
		- 1.1.1Políticas de Pesquisa Científica e Tecnológica;
		- 1.1.2Políticas de Iniciação Científica e Tecnológica;
		- 1.1.3Políticas de Inovação Tecnológica.
	+ 1.2Políticas de Desenvolvimento Artístico e Cultural:
		- 1.2.1Dos segmentos alcançados pelas políticas;
		- 1.2.2Das diretrizes norteadoras;
		- 1.2.3Políticas artístico culturais.

Para as políticas relacionadas a Pesquisa, Iniciação Científica e Inovação Tecnológica, foram estabelecidas premissas para que fossem elencados os princípios norteadores que iriam conduzir o detalhamento das políticas. Esses princípios foram:

* O estímulo e a promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento institucional, econômico e social;
* O desenvolvimento, a promoção e a continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação assegurados os recursos econômicos e financeiros e as pessoas para tal finalidade;
* A redução das desigualdades regionais;
* A cooperação e interação com os entes públicos e privados;
* A constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no Distrito Federal;
* O incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;
* A promoção do desenvolvimento de processos de formação e capacitação científica e tecnológica, atendendo ao público interno e externo da universidade;
* O fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e de gestão de pessoas e de recursos.
* A atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;
* A simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação; e
* O apoio, o incentivo e a integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo.

Além disso, a construção se deu a partir do aparato legal previsto no Decreto 38.126/2017, que instituiu a Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação (Inova Brasília), alinhando-se com as políticas institucionais de inovação, bem como de graduação e de pós-graduação da Universidade.

No que concerne a **Pesquisa Científica e Tecnológica**, para a política destacam-se as seguintes diretrizes:

* Desenvolver a pesquisa nas áreas de concentração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e nos grupos de pesquisa voltados à geração de conhecimentos;
* Fortalecer a pesquisa como atividade coletiva e interdisciplinar, promovendo a interlocução, o debate e a cooperação dos pesquisadores com outras instituições;
* Estimular e implementar o desenvolvimento de pesquisas em parceria com empresas, instituições do terceiro setor e outras instituições nacionais e internacionais de ensino e de pesquisa, por meio de projetos compartilhados que objetivem o desenvolvimento regional;
* Formar pesquisadores por meio de parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições de ensino e de pesquisa, nacionais e estrangeiras;
* Implementar espaços plurais, propiciando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas e metodológicas;
* Qualificar, requalificar e capacitar docentes, técnicos-administrativos e pesquisadores em nível nacional e internacional;
* Avaliar sistematicamente a pesquisa interna e externa, para a garantia efetiva da qualidade, da contribuição ao desenvolvimento regional sustentável, da prioridade e divulgação da produção intelectual em veículos de impacto;
* Ampliar e aprimorar permanentemente a infraestrutura para desenvolvimento de pesquisas de porte mundial;
* Incentivar e estimular o registro de grupos de pesquisa junto ao CNPq;
* Incrementar e incentivar a realização de pesquisas científicas e tecnológicas interinstitucionais, nacionais e internacionais;
* Implementar auxílio à participação de docentes, técnicos e discentes vinculados a projetos de pesquisa em eventos acadêmicos e científicos qualificados;
* Criar mecanismos que possibilitem maior envolvimento e comprometimento dos pesquisadores na captação de recursos e de fomento para as pesquisas e iniciação científica;
* Incentivar os docentes a participar dos editais de bolsas de pesquisa do CNPq, CAPES e Fundações ou Associações de fomento à pesquisa;
* Estimular e incentivar a formação de comunidades e de grupos de discussão sobre ciência e tecnologia;
* Incrementar a formação de Redes de Cooperação entre pesquisadores de IES e de demais instituições de pesquisa, nacionais e internacionais;
* Desenvolver estratégias para parcerias com o setor produtivo e de serviços do Distrito Federal e Região, objetivando maior incentivo, promoção e integração das pesquisas realizadas;
* Construir parcerias objetivando a criação ou a adoção de laboratórios próprios, corporativos ou compartilhados com outras IES ou com organizações públicas e privadas;
* Introduzir e incrementar a oferta de bolsas e de acesso a fontes de fomento ao desenvolvimento da produção científica e tecnológica;
* Investir na realização de pesquisas aplicadas de alto impacto regional, nacional e internacional;
* Incrementar o escopo da pesquisa na UnDF para as áreas de Engenharia, Tecnologia e Saúde, gerando um centro de excelência de pesquisa integrado aos segmentos;
* Estender à universidade e à comunidade o conhecimento e os benefícios provenientes das pesquisas, publicizando amplamente seus resultados;
* Criar um repositório amplo e multidisciplinar de pesquisa objetivando a *accountability* dos resultados das pesquisas promovidas pela universidade, bem como de respectivos relatórios técnicos e artigos produzidos, viabilizando a divulgação da produção científica e técnica da instituição;
* Sensibilizar a comunidade acadêmica com vistas a estimular uma maior articulação entre a pesquisa, a iniciação científica e tecnológica, a inovação, o ensino e a extensão;
* Desenvolver e implementar espaços que potencializem a integração interdisciplinar das ações de ensino, pesquisa e extensão;
* Estabelecer e incentivar ações que efetivamente resultem na plena integração da pesquisa com a iniciação científica e tecnológica, com a inovação, com o ensino e com a extensão;
* Definir uma área institucional, setor ou coordenação que seja responsável pelo desenvolvimento e pela realização da pesquisa, a iniciação científica e tecnológica;
* Instituir o Colegiado de Pesquisa e Extensão e os Comitês de Ética em Pesquisa setoriais, por área do conhecimento; e
* Implementar a realização de Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica da UnDF, possibilitando a participação de professores e de docentes da própria universidade e de outras IES, ampliando a divulgação e a integração da pesquisa e da iniciação científica e tecnológica.

No contexto da **Iniciação Científica e Tecnológica**, foram definidas as seguintes diretrizes:

* Consolidar a política institucional de iniciação científica e em atividades de desenvolvimento tecnológico e de inovação;
* Introduzir e implementar atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes;
* Desenvolver a iniciação científica com produção e integração de discentes, de docentes e de técnicos administrativos;
* Promover a iniciação de estudantes na prática da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, como formas de produção do conhecimento, de formação intelectual e de consciência cidadã, privilegiando o pensamento investigativo, crítico e inovador;
* Estimular o engajamento de estudantes de graduação no processo de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, no âmbito das linhas e dos grupos de pesquisa institucionalizados;
* Formar e desenvolver recursos humanos para a participação de forma criativa e empreendedora na sua comunidade e em diferentes arranjos produtivos;
* Criar bolsas e promover fontes de fomento ao desenvolvimento da iniciação científica e tecnológica;
* Estimular o corpo discente a participar de editais de bolsas de Iniciação Científica, de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do CNPq, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e dos demais órgãos de fomento à iniciação científica e desenvolvimento tecnológico;
* Priorizar a vocação científica, incentivando talentos potenciais entre os discentes;
* Viabilizar o acompanhamento e a avaliação dos bolsistas de iniciação científica;
* Promover e divulgar experiências de pesquisa de trabalhos de iniciação científica;
* Realizar parcerias públicas e privadas objetivando a disseminação, o incentivo e o fomento da iniciação científica;
* Implementar e viabilizar a realização de convênios internacionais objetivando a mobilidade acadêmica discente, em programas voltados à inovação tecnológica e à iniciação científica;
* Promover eventos de iniciação científica e de mostras de desenvolvimento tecnológico e de processos de inovação, viabilizando a apresentação e a divulgação de trabalhos desenvolvidos por bolsistas;
* Incentivar a interação da graduação com a pós-graduação, com qualificação de alunos de graduação para programas de pós-graduação;
* Incentivar a participação de estudantes da graduação nos grupos de pesquisa;
* Promover a qualificação da formação acadêmica discente integrando-se as atividades de iniciação científica às demais atividades da universidade, e em todos os níveis de ensino; e
* Implementar a prática da iniciação científica e tecnológica com viés de inovação.

No contexto da inovação tecnológica, espera-se que a UnDF possa apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes que reflitam iniciativas empreendedoras e de inovação, incluindo-se no escopo as incubadoras, empresas juniores, parques, polos e centros tecnológicos como formas de incentivo ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e sociais, bem como à geração de emprego e renda.

Assim, em consonância com a legislação vigente, tem-se como ações e políticas de inovação para a UnDF:

* Delinear campos de problematização que permitam a investigação sob a perspectiva resultante da interlocução de diferentes áreas do conhecimento, buscando formular novas questões e construir propostas inovadoras;
* Implementar e estimular ações que promovam a inovação de acordo com os princípios e finalidades científicas e tecnológicas, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural sustentável local, regional e nacional;
* Disseminar a prática de proteção à propriedade intelectual e a geração de inovação social e tecnológica;
* Desenvolver parcerias com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, e inventores independentes para projetos cooperados de pesquisa aplicada, desenvolvimento científico e tecnológico, bem como a apresentação institucional de serviços para o desenvolvimento da inovação com o foco na resolução de demandas da sociedade;
* Difundir, estruturar e implementar a gestão de ambientes e de projetos inovadores, visando à aplicação dos conhecimentos e práticas para a formação da cultura empreendedora, do associativismo e do cooperativismo;
* Implementar um ecossistema distrital de inovação, objetivando estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;
* Capacitar as pessoas e disseminar a inovação social e tecnológica, da cultura empreendedora, da propriedade intelectual e da transferência tecnológica nos diferentes níveis de ensino, pesquisa e extensão;
* Definir e estabelecer normas para a cessão e licenciamento de direitos sobre a propriedade intelectual;
* Ampliar e aprimorar a infraestrutura necessária à inovação;
* Regulamentar a utilização por terceiros de laboratórios, de equipamentos, de recursos humanos e de capital intelectual da UnDF, visando ao desenvolvimento sustentável dos arranjos sociais, culturais e produtivos;
* Apoiar e incentivar a integração dos inventores independentes às atividades da UnDF e aos arranjos sociais, culturais e produtivos locais e regionais;
* Implementar bolsas de estímulo à inovação para docentes, técnicos e discentes envolvidos nas pesquisas;
* Regulamentar o recebimento de receitas e o pagamento de despesas previstos na Lei de Inovação;
* Definir parâmetros para avaliar o impacto social na comunidade do uso dos resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa;
* Consolidar, institucionalizar e gerir o Núcleo de Inovação Científica e Tecnológica (NICT);
* Motivar o desenvolvimento de projetos pedagógicos que incentivem a cultura de inovação e o empreendedorismo; e
* Desenvolver, estimular e contribuir para um ambiente de excelência na pesquisa e inovação na UnDF.

Na segunda parte do documento, são apresentadas as políticas relacionadas ao desenvolvimento artístico e cultural da Universidade. Para tanto, toda construção considerou o multiculturalismo, a diversidade cultural e o desenvolvimento artístico nas matrizes históricas e culturais brasileiras, dado que, na contextualização das políticas para o desenvolvimento artístico e cultural, há que se observar ou preservar a polissemia conceitual da própria cultura e das artes.

A partir desse entendimento, definiu-se o escopo de segmentos a serem tratados no contexto da política, que são os seguintes:

•Arquitetura e urbanismo;

•Arquivos e centros de memória;

•Artes integradas, visuais e digitais;

•Biblioteca e acervos bibliográficos;

•Cinema;

•Circo;

•Corpo e culturas do movimento;

•Culinária e gastronomia;

•Cultura e identidade popular;

•Cultura indígena e afro-brasileira;

•Culturas estrangeiras;

•Design;

•Espaços de ciência;

•Folclore;

•Literatura e linguística;

•Mídias;

•Moda e formas de expressão;

•Museus, centros de documentação, galerias e outros espaços culturais;

•Música; e

•Patrimônio histórico artístico, cultural e imaterial.

A partir da declaração do escopo, foram definidas diretrizes e princípios norteadores que são tratados como principais premissas a serem consideradas na definição da política, conforme descrito abaixo:

As políticas de arte e cultura da UnDF balizam-se como referenciais para as ações a serem desenvolvidas e implementadas pela Universidade, destacando-se:

•Praticar e estimular uma visão ampliada de arte e cultura, tendo por base a formação do ser humano e por referência os princípios democráticos e a igualdade, preservando a memória, o patrimônio material e imaterial, a guarda e realização de catalogação e a preservação de acervos;

•Incentivar e estimular a diversidade e a abrangência, admitindo a presença de todas as formas de manifestação e ampla participação de todos os segmentos, independentemente de gênero, raça, etnia, orientação sexual, condição socioeconômica ou formação em todas as áreas do conhecimento, com plena garantia de condições de adaptação e acessibilidade;

•Criar e manter em todos os setores acadêmicos um ambiente que estimule o processo artístico e cultural de forma criadora e transformadora de sentidos estimulando o pensamento coletivo, plural, diverso e criativo, o incentivo à multi, à inter e à transdisciplinaridade nas dinâmicas e nos processos artísticos e culturais;

•Reconhecer a arte e a cultura como fundamento para formação e para a transformação pessoal e coletiva da comunidade universitária e da comunidade externa, como eixo transversal na formação em todas as áreas de conhecimento, garantindo amplo acesso aos bens culturais e acolhendo ações culturais de toda a sociedade;

•Fortalecer e manter condições estruturais que estimulem a formação de agentes e de meios facilitadores para a produção de todas as linguagens artísticas e culturais, bem como o aporte financeiro específico para ações voltadas às artes e à cultura, provenientes de todas as áreas do conhecimento acadêmico, definindo e dotando espaços físicos adequados e adaptados para a realização efetiva de arte e cultura;

•Assegurar a ocupação artística e cultural de todos os espaços do ambiente acadêmico, criando possibilidades para o exercício pleno da cidadania e de seus direitos fundamentais, ampliando as possibilidades para a realização de manifestações culturais e artísticas e estímulo ao processo criativo;

•Mapear sistemática e periodicamente o campo da arte e da cultura na UnDF para estabelecimento de diagnósticos e de proposição de ações de efetivo acompanhamento do ambiente artístico e cultural da instituição, garantindo recursos orçamentários suficientes para condução plena da política cultural universitária;

•Equipar e promover as bibliotecas universitárias como centros produtores de cultura e do conhecimento, integrando-se em rede com bibliotecas universitárias da região e do país, ampliando o acesso do cidadão aos diferentes acervos;

•Desenvolver mecanismos que garantam a preservação da memória e do patrimônio cultural do Distrito Federal, da região e do Brasil, pesquisando e criando mecanismos para manutenção e para a preservação do patrimônio histórico e artístico;

•Definir e consolidar uma rede artística e cultural entre a UnDF e entidades públicas e privadas da Região, integrando interesses e ampliando a divulgação das artes e da cultura no país; e

•Valorizar a cultura como instrumento do desenvolvimento sustentável.

## DOCUMENTO CONTENDO PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES DE ENSINO PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO, PRESENCIAL E A DISTÂNCIA.

O documento em questão – anexo 2 — possui como finalidade descrever algumas características e alternativas para uma política de educação a distância para a Universidade do Distrito Federal, aproveitando as tecnologias em benefício da aprendizagem e contribuindo para a fragilização dos limites entre duas formas que têm sido colocadas como antagônicas no desenvolvimento desse processo: a presencial e aquela a distância.

Para tanto, documento foi dividido em cinco capítulos e procura, inicialmente, discorrer sobre características gerais da política de ensino superior a distância no país e, em particular, no DF. Em seguida, elenca algumas características e diferenças qualitativas e quantitativas do ensino presencial, a distância e híbrido. Já no capítulo 3, sugere a organização da UnDF frente ao EaD, seguindo-se as referências bibliográficas e da legislação.

Enquanto uma proposta, o documento apresenta, inicialmente, por limitações de infraestrutura pedagógica especialmente, tem-se a impossibilidade de abertura simultânea de cursos legalmente classificados como presenciais e cursos à distância.

Apesar de esses cursos poderem se iniciar imediatamente dentro dos limites geográficos do DF, a intencionalidade de um curso cujo projeto pedagógico prevê uma quantidade menor de presencialidade deve ser acompanhada de ações que tratem os conteúdos necessários para que sejam apropriados os conhecimentos e desenvolvidas as necessárias competências, habilidades e atitudes dos estudantes. Além disso, para extrapolar os limites do DF, também será necessário o credenciamento da instituição junto ao Ministério da Educação.

Desse modo, as ações serão divididas em três etapas distintas para o início de cada uma dessas ações. As datas propostas para seu início são indicativas e levam em conta os processos necessários para a preparação de sua implantação.

Além disso, a proposta não trata de um desenvolvimento rígido de curso presencial ou a distância, mas da proposição de uma sistemática que leve a diferentes densidades de presencialidade em todos os cursos propostos e que estejam bem definidas nos respectivos projetos pedagógicos.

Nesse sentido, a implantação no contexto da graduação aconteceria considerando as seguintes etapas:

* Ação 1: abertura dos cursos com prevalência presencial;
* Ação 2: abertura dos cursos com prevalência de atividades a distância no DF; e
* Ação 3: abertura dos cursos com prevalência de atividades a distância em outros locais.

Dessa forma, o documento propõe uma implantação sequencial desses cursos: a partir de 2023, aqueles que têm prevalência do ensino presencial, já que ela acaba por facilitar a implantação mais rápida pela sua maior dependência das ações do docente, organizadas, obviamente, em um planejamento que vá ao encontro dos objetivos daquela atividade curricular no contexto da formação oferecida.

Em um segundo momento, e a partir da elaboração de material de apoio instrucional, seriam implantados os cursos com prevalência de atividades a distância que, por isso, precisariam de um maior tempo para a sua implantação e início e é proposto que isso ocorra em 2024-2025 para as ações presenciais que sejam previstas nos limites geográficos do Distrito Federal, já que a UnDF estará credenciada por cinco anos para essa ação, desde que dentro desses limites.

Finalmente, é sugerido que haja pedido de recredenciamento para atividades a distância junto ao MEC, que, de qualquer forma, é necessário para a continuidade das atividades com mais de 40% de EaD, mesmo nos limites do DF. É também proposto que essa ação solicite a inclusão da atuação da UnDF em outras regiões do país e, ao menos inicialmente, em municípios da RIDE. Nesse período que antecede a solicitação junto ao ministério seriam realizadas as ações necessárias para o estabelecimento de convênios entre a UnDF e os municípios interessados, além da determinação dos cursos a serem ministrados.

O relatório também aborda a oferta de EaD para novos cursos, especialmente aqueles voltados para a formação de professores, sugerindo a complementação pedagógica para bacharéis e tecnólogos que poderão atuar na educação básica, em especial nos itinerários formativos do ensino médio, além de uma segunda licenciatura visando a uma maior aderência da formação já obtida com as atividades desenvolvidas em sala de aula. Esses cursos levariam à estruturação das licenciaturas interdisciplinares da Instituição, nos mesmos moldes com que os bacharelados serão desenvolvidos, de forma híbrida e com diferentes densidades de presencialidade.

De forma complementar, também é proposta uma etapa 4, na qual considera o desenvolvimento de atividades curriculares isoladas de graduação para todos os cursos. O preparo de material para a oferta das atividades curriculares com baixa ou com nenhuma presencialidade poderia suprir as necessidades que sempre se colocam nos cursos a partir de licenças gestante ou de impedimentos à frequência presencial.

A proposta também considera a oferta de cursos a distância de pós-graduação, principalmente pelo fato de permitir à Universidade uma importante forma de interação com o setor público ou privado locais, seja a partir da oferta de aperfeiçoamentos nas diferentes áreas de atuação, seja na oferta de cursos de especialização, que podem também servir como embriões da abertura de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

A extensão também é tratada na proposta, na qual propõem-se a oferta de Massive Online Open Courses (MOOCs), cursos de extensão e disciplinas para itinerários do Ensino Médio.

Complementarmente, também há o destaque da importância da acessibilidade pedagógica e tecnológica, o que deverá caminhar de forma conjunta, já que se espera que as atividades propostas sejam desenvolvidas com o uso de tecnologias. Sugere-se, portanto, a disponibilização de treinamentos para uma efetiva utilização da(s) biblioteca(s) virtual(is) do Sistema de Gestão Acadêmica e do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Também deverá haver a disponibilização de tecnologias assistivas para o desenvolvimento das atividades propostas e, tanto quanto possível, o uso do *mobile-e-learning* para que os estudantes possam utilizar seus próprios celulares para acompanhamento das atividades.

## DOCUMENTO CONTENDO A PROPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DOS CURSOS COM MÉTODOS, TÉCNICAS E METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO

O objetivo deste produto – anexo 3 — é apresentar proposta de estruturação e funcionamento da UnDF. Para tanto, inicialmente foi realizada análise dos cursos já oferecidos, dado que ela afeta diretamente a organização didático-pedagógica da nova Instituição. Assim, são apresentados, preliminarmente, no documento, dados sobre abrangência e limitações de uma instituição pública distrital, as formas de ingresso e de permanência decorrentes da oferta de cursos superiores já em andamento e os seus pressupostos metodológicos e curriculares.

Em seguida, o autor descreve a composição e a criação da UnDF, considerando todas as escolas que dela farão parte e também a proposta inicial de Estatuto.

A partir desta apresentação, as considerações tratam das formas de ingresso na universidade. Nelas, há a sugestão de que os ingressos continuem sendo feitos por meio do SiSU, com adequação dos pesos das diferentes provas do ENEM para essa área, já que isso já é realizado para os cursos da área da saúde. Também é sugerida a revisão do sistema de cotas para possibilitar maior inclusão de estudantes de classes menos favorecidas e de etnias e raças (no sentido sociológico) normalmente excluídas do ensino superior.

Já o capítulo 2, proposta de organização didático-pedagógica, trata dos conceitos de disciplinaridade, de multidisciplinaridade, de interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade que justificam uma abordagem mais voltada a uma formação geral e de compreensão do mundo, para, a partir dela, desenvolver os conhecimentos e as competências voltadas à apropriação do ferramental ético e metodológico da área e da carreira escolhidas.

Para garantir essa formação, são propostas algumas alternativas no capítulo 3, amparadas pela divisão das metodologias em que o estudante passa a protagonizar o próprio desenvolvimento e no fato de que algumas delas podem formar o fio condutor do desenvolvimento das atividades curriculares.

São apresentadas a aprendizagem baseada em problemas, a pedagogia problematizadora e a aprendizagem baseada em projetos, mostrando as vantagens da escolha dessa última forma de desenvolvimento pois:

* ela leva à escolha de temas gerais que guardam relação com o momento do curso, aumentando sua complexidade à medida que o curso se desenvolve;
* permite um tratamento que leva em conta problemas reais e que podem ser escolhidos pelos estudantes para serem solucionados ou equacionados, contribuindo desde o início da formação.

Isso possibilita o desenvolvimento de atividades interativas para a produção e para aplicação de conhecimento, gerando competências e habilidades para que haja mobilização desse conhecimento e não apenas a sua compreensão e eventual utilização para questões específicas trazidas pelo professor.

Além disso, a escolha de tema genérico induz, mas não determina ou limita, a escolha dos projetos, garantindo a necessária diversidade entre os temas dos grupos, voltadas para suas próprias características e contribuindo para a expressão de habilidades mais ligadas a abordagens acadêmico-científicas, acadêmico-sociais e de inovação.

Isso garante o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sem a necessidade de serem disciplinarizadas ou mantidas ações específicas para cada um desses pilares de sustentação do ensino universitário.

A metodologia também permite que não haja distinção entre a forma com que as atividades se desenvolverão, já que elas obrigatoriamente exigirão atividades presenciais na escola, e atividades realizadas fora do ambiente escolar aí incluídas aquelas tipicamente realizadas por cursos EaD, a partir de um ambiente virtual de aprendizagem e tecnologias de informação e comunicação.

São ainda apresentadas, de forma sucinta, outras metodologias ativas que auxiliam no desenvolvimento das atividades curriculares em geral e que poderão ser utilizadas pelos docentes para o desenvolvimento das atividades dos cursos e fazerem parte dos planejamentos dos cursos, em contraposição ao ABP que fará parte do projeto pedagógico institucional e servirá como elemento integrador de todas as atividades escolares.

Finalmente, no capítulo 4 são abordadas algumas formas de organização pedagógica que possibilitam a implantação dos cursos com a aprendizagem baseada em projetos que atuam como fio condutor, mostrando alguns exemplos de formações básicas, interdisciplinares e comuns que já ocorrem em outras instituições brasileiras.

A sugestão é a de que a UnDF, neste primeiro momento, utilize um sistema híbrido de organização: projetos apoiados por atividades modulares em que sejam preenchidas as lacunas de conhecimento dos estudantes e que viabilizem o desenvolvimento de cada projeto escolhido. Em um segundo momento, essa estrutura poderá ser ainda mais flexível, tendo-se como meta um ingresso de estudantes e uma realização de atividades modulares de livre escolha, criando diferentes trajetórias formativas que levarão a um ou mais graus acadêmicos, sem que o(s) mesmo(s) seja(m) estabelecido(s) a priori.

## DOCUMENTO CONTENDO PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA EXTENSÃO

Consoante o disposto na Lei Complementar n. 987, de 26 de julho de 2021, em seu artigo 2.o, a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF) tem por finalidade ministrar educação superior pública distrital, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária, incentivando sua inserção regional e, reunindo para tal, um conjunto de competências.

Nesse sentido, o documento em questão — anexo 4 — pretende apresentar a proposição de políticas e de ações para a extensão na UnDF. Para tanto, ele foi organizado em três partes. A primeira delas trata dos princípios norteadores, trazendo a perspectiva de entendimento da Extensão na UnDF, que se fundamenta no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, voltada para o estímulo às condições de produção do conhecimento associada à formação de profissionais capazes de promover uma atuação academicamente inovadora e socialmente comprometida com a melhoria das condições socioeconômicas da comunidade.

Em seguida, na parte 2, são descritos os objetivos, áreas temáticas e ações propostas para a atuação da UnDF e, tendo por base o Plano Nacional de Extensão (PNE) e os princípios norteadores definidos para a UnDF, são apresentados como objetivos específicos à Extensão universitária:

I. Desenvolver programas, projetos, atividades e ações focados na sociedade, comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;

II. Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes, como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;

III. Difundir resultados e benefícios oriundos da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica, segundo um amplo escopo de *accountability*;

IV. Manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo, valorizando e diversificado amplo intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade, na forma de consórcios, de redes e de parcerias;

V. Proporcionar ambiência acadêmica, que favoreça, a partir da Extensão, a construção do conhecimento emancipatório, considerando relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade, favorecendo a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e sua formação cidadã;

VI. Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, para a produção e para a preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;

VII. Compartilhar os espaços da Universidade com a sociedade, assegurando uma participação democrática em todos os programas e projetos de extensão;

VIII. Promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;

IX. Fomentar o desenvolvimento de programas e de projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa-ação, objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nas ações;

X. Definir e fomentar um programa de bolsas de incentivo à extensão e cultura, visando a estimular a formulação e a continuidade de programas e de projetos de extensão;

XI. Promover formas de financiamento das ações e projetos de extensão com ampla publicização e transparência dos processos;

XII. Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, regional e nacional, promovendo uma interação efetivamente transformadora entre a universidade, a sociedade e o ambiente;

XIII. Estimular na formação acadêmica e a inserção de atividades de extensão nas matrizes curriculares ou em espiral de modo articulado com as pesquisas e o ensino, respeitando a multiculturalidade;

XIV. Colaborar para a formação integral do cidadão para além da prática acadêmica, desenvolvendo, principalmente, consciência social, artística, cultural, ambiental e política;

XV. Considerar e implementar a educação ambiental e o desenvolvimento territorial sustentável como componentes da prática extensionista;

XVI. Criar condições para a participação da UnDF na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e para avaliar a implantação dessas políticas junto a sociedade;

XVII. Assegurar e garantir que as ações de extensão se desenvolvam segundo uma perspectiva ética; e

XVIII. Estabelecer indicadores de avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da UnDF.

E como áreas para a consecução e ratificação dos objetivos da Extensão Universitária, foram definidos:

* Comunicação;
* Cultura;
* Direitos humanos e justiça;
* Educação e ensino;
* Meio ambiente;
* Saúde e qualidade de vida;
* Tecnologia;
* Segurança; e
* Produção e trabalho.

Já enquanto ações, a Política de Extensão da UnDF se pauta da seguinte forma:

I. Fortalecimento dos programas de extensão, desdobrados em projetos, atividades e ações voltados à participação de discentes da graduação e da pós-graduação, docentes e técnicos administrativos da universidade;

II. Implementação de programas institucionais de extensão, aos quais se vinculam projetos, permeando todas as áreas de conhecimento desenvolvidas pela instituição;

III. Consolidação de sistema de informações sobre a extensão na UnDF, com implantação de banco de dados e relatório das ações de extensão;

IV. Desenvolvimento e implementação de programa de avaliação da extensão da UnDF;

V. Definição de linhas prioritárias de extensão compatíveis com os projetos pedagógicos dos cursos e com os planos estratégicos das áreas;

VI. Adoção de indicadores quantitativos e qualitativos de extensão nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes nos diferentes cursos e para alocação e distribuição de recursos orçamentários internos;

VII. Implementação de um programa de educação continuada e a distância, aberto à comunidade e em parceria com outras instituições de educação superior;

VIII. Institucionalização da participação da extensão no processo e integralização curricular;

IX. Desenvolvimento e implementação de um programa de fomento à extensão, viabilizando o custeio de bolsas de extensão em consonância com as propostas do fórum nacional de pró-reitores de extensão e demandas da sociedade, nas áreas consideradas prioritárias;

X. implementação do colegiado de extensão e pesquisa, para análise, aprovação, avaliação e acompanhamento dos projetos autorizados;

XI. Divulgação dos projetos e ações de extensão, bem como de seus resultados à comunidade acadêmica e sociedade;

XII. Fortalecimento de parcerias e redes com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade;

XIII. Integração da extensão com os projetos de pesquisa e ensino desenvolvidos;

XIV. Ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social;

XV. Promoção de meios e/ou ações de produção, de inovação e de disponibilização de conhecimentos; e

XVI. Articulação entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa com docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação, preservando um mínimo de 10% do projeto pedagógico do respectivo curso.

A terceira e última parte do documento trata da articulação necessária entre ensino, pesquisa e extensão. O ensino é apresentado como o alicerce formativo do futuro profissional de nível superior e se ancora na pesquisa e na extensão, de forma indissociável, proporcionando uma visão de mundo ampliada, conforme determina o artigo 52 da Lei n. 9.394 (BRASIL,1996).

## DOCUMENTO CONTENDO PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA EXTENSÃO

Este documento — anexo 5 — tem por objetivo descrever a proposta de política de comunicação da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF),com as comunidades interna e externa, considerando, entre outros valores, o alinhamento com à diversidade e à inovação, a fim de incentivar o diálogo permanente, promover a inclusão, favorecer a integração entre setores e propiciar as relações com demais instituições, de forma presencial ou por meio de tecnologias disponíveis, contribuindo para a efetividade de sua gestão e para o desenvolvimento de sua missão institucional.

Para tanto, o documento foi dividido e duas seções. A primeira trata dos elementos para a construção de uma política de comunicação para UnDF. Já a segunda seção trata da proposição da política de comunicação propriamente.

Enquanto elementos para elaboração da política, foram destacados os principais conceitos, princípios, objetivos e diretrizes da política de comunicação da UnDF; os públicos-estratégicos e os canais de comunicação e de relacionamento da UnDF e a gestão da comunicação juntamente com a relação com as demais políticas acadêmicas.

Em seguida, é apresentada a proposta de política. Ela foi organizada em 9 capítulos, sendo eles:

* Capítulo I – Disposições preliminares;
* Capítulo II – Conceito, princípios, objetivos e diretrizes;
* Capítulo III – Públicos estratégicos;
* Capítulos IV – Canais de comunicação e relacionamento;
* Capítulo V – Ouvidoria;
* Capítulo VI – Relacionamento com a imprensa, fontes de informação, e procedimento adotado frente a situações de crise;
* Capítulo VII – Ações estratégicas;
* Capítulo VIII – Gestão e responsabilidades; e
* Capítulo IX – Disposição final.

## DOCUMENTO CONTENDO PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA EXTENSÃO

O documento contendo a proposição de políticas para o acompanhamento de egressos — anexo 6 — está dividido em 3 capítulos e procura inicialmente discorrer sobre características gerais da política ligada aos egressos, a partir da definição estabelecida pelo MEC/INEP, com um apanhado histórico para garantir a contextualização necessária e tratar da importância dessas políticas para o projeto pedagógico institucional e de cada curso. Em seguida, é feito um balanço do que existe na literatura sobre essas políticas, com experiências exitosas nacionais e internacionais. Finalmente, são listadas algumas ações que vão ao encontro do que se espera para a política de egressos da UnDF.

Para essas ações, foram definidas três perspectivas de atuação, conforme listadas abaixo:

1. Políticas de informação e de sensibilização;
2. Políticas e ações voltadas ao recém-egresso:
	1. Ações voltadas para o trabalho;
	2. Oferta de cursos rápidos visando ao preparo para a busca de trabalho;
	3. Convênios e vantagens financeiras com escolas de idiomas, lojas de materiais eletrônicos, livrarias etc.
3. Políticas e ações voltadas ao egresso após dois anos:
	1. Participação nas semanas de estudo ou nas semanas temáticas;
	2. Premiação de ex-alunos;
	3. Participação de ex-alunos nas comissões formadas na Instituição;
	4. Escolha de representante da turma de formados;
	5. Premiação pela frequência de acesso ao site, à atualidade de informações e a outras formas de incentivo ao uso do site e atualização das informações postadas;
	6. Oferta de descontos e outras vantagens no comércio local;
	7. Oferta de oportunidades de emprego;
	8. Festas quinquenais de formatura.

Para cada um dos pontos definidos, foi descrito um breve detalhamento de como essas ações serão desenvolvidas no contexto da UnDF.

## DOCUMENTO CONTENDO PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA EXTENSÃO

Esse documento de proposição de Política de Assistência Estudantil – anexo 7 — traz, de forma contextualizada, a necessidade desse olhar para o atendimento ao discente a partir de dados estatísticos, fundamentação teórica e legal, bem como experiências de outras IES na implementação e na execução de ações voltadas ao atendimento de discentes no âmbito da assistência estudantil.

Em relação às propostas de políticas institucionais, o texto apresenta a concepção, os princípios e as diretrizes, bem como os objetivos geral e específicos que devem organizar e orientar as formas e os tipos de concessão, as áreas de atendimentos universais e prioritárias e a elaboração de programas, de projetos e de ações que viabilizem a execução da política de forma eficiente e eficaz. O cumprimento dessas diretrizes e objetivos levam ao combate sistemático à evasão e contribuem na elaboração de estratégias para melhorar o desempenho e o êxito acadêmico.

Nesse sentido, a proposta de política de atendimento ao docente foi organizada considerando três pontos principais, sendo eles:

1. Ações de estímulos à permanência e ao êxito (inclui ações de apoio pedagógico e psicossocial/aconselhamento acadêmico);

2. Formas de concessão de auxílios financeiros e bolsas (inclui bolsas de demanda social, bolsas para projetos de pesquisa e extensão e monitorias);

3. Ações de combate à evasão e retenção.

Como concepção e diretrizes, tem-se, como perspectiva, a universalização do direito à educação e formação integral de todas as pessoas. Dessa forma, compreende-se que a assistência estudantil é também um direito e deve abranger todos os estudantes regularmente matriculados, em conformidade com as necessidades e/ou vulnerabilidades apresentadas e que, em alguma medida, comprometem o êxito em seu processo formativo.

Assim, as diretrizes que fundamentam a Política da Assistência Estudantil da UnDF são:

I. Direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade;

II. Irredutibilidade dos benefícios da Assistência estudantil e seu fortalecimento como direito social e dever político;

III. Educação como meio de acesso aos demais direitos sociais, promovendo a inclusão, equidade, justiça social e o exercício pleno da cidadania;

27

IV. Igualdade de condições e equidade no acesso, permanência e êxito no percurso formativo, isento de quaisquer formas de discriminações e/ou preconceitos em relação à etnia, à cultura, à classe, ao gênero, à orientação sexual, à idade, à crença religiosa, a pessoas com deficiência, a transtornos globais do desenvolvimento e a altas habilidades/superdotação;

V. Fortalecimento da formação humanística nos processos de ensino e aprendizagem;

VI. Respeito às diversidades e à dignidade humana que inclui promoção da autonomia, direito a benefícios e serviços de qualidade, participação política e integração acadêmica e comunitária;

VII. Garantia da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar ciência e cultura, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão;

VIII. Incentivo às práticas e manifestações artísticas, culturais, desportivas e de participação política estudantil, como meios de integração social e acadêmica;

IX. Compreensão das vulnerabilidades e das necessidades educacionais especiais a partir do conceito de interseccionalidade;

X. Participação das organizações estudantis na formulação, implementação e avaliação de planos, programas, ações e projetos visando à integralidade e à qualidade dos serviços ofertados pela política de Assistência Estudantil;

XI. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pela instituição e dos critérios para seu acesso; e

XII. Promoção da intersetorialidade entre as diferentes políticas sociais.

Como objetivo geral, foi definido “promover a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do(a) estudante da UnDF de forma oportunizar igualmente as condições de participação das atividades acadêmicas que incluem ensino, pesquisa e extensão, considerando a perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida no pleno exercício da cidadania. “

Como público-alvo desta política, ficaram definidos:

* Todos os estudantes regularmente matriculados no respectivo semestre letivo da UnDF poderão acessar serviços, programas, projetos e ações que possuam caráter universal, ou seja, independentemente da situação socioeconômica ou da modalidade que estejam cursando (presencial ou EaD);
* Estudantes regularmente matriculados no respectivo semestre letivo da UnDF que apresentem situação de vulnerabilidade socioeconômica poderão acessar programas, projetos e ações específicas ou prioritárias, incluindo auxílios socioeconômicos e bolsas acadêmicas. Entre esses, deve-se incluir estudantes estrangeiros que fizerem parte de programas de ajuda humanitária e/ou ingressantes por meio de editais de ações afirmativas;
* Estudantes matriculados em cursos na modalidade EaD devem ter acesso a todas as ações, exceto aquelas que pressupõem necessidade de deslocamento como auxílio transporte, mudança de residência como auxílio moradia e residência estudantil.

E como áreas de atendimento ao discente, ficaram definidas como linhas de atuação:

* Auxílio moradia;
* Residência estudantil;
* Alimentação;
* Transporte;
* Atenção à saúde;
* Auxílio eventual/emergencial;
* Auxílio livros/materiais didáticos, instrumentais e equipamentos;
* Auxílio impressão/xerox;
* Auxílio creche;
* Auxílio para visitas técnicas/saídas a campo;
* Auxílio para participação de eventos/intercâmbios;
* Orientação e atualização profissional/vocacional;
* Educação financeira;
* Inclusão e letramento digital;
* Idiomas (aquisição de língua estrangeira, preferencialmente inglês e espanhol e português para estrangeiros);
* Apoio pedagógico e/ou psicossocial;
* Ações afirmativas: inclusão e acessibilidade;
* Cultura;
* Esporte, lazer e convivência; e
* Acolhimento e integração.

Reconhecendo e fortalecendo a assistência estudantil como um direito de todos(as), o texto foi consolidado considerando o contexto de inserção da UnDF, tendo em vista as desigualdades socioeconômicas, o perfil dos estudantes egressos do ensino médio no Distrito Federal e da RIDE, o alto índice de estudantes que não chegam a concluir a educação básica, o que coloca em questão a necessidade da oferta de condições de acesso com a garantia de políticas de permanência e êxito, sendo esses últimos essenciais para promover a democratização da educação superior na região.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de uma gestão inovadora, a UnDF assume o compromisso de formular, de incrementar e de avaliar políticas institucionais igualmente inovadoras e estruturantes da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nessa direção é que estão sendo construídos e consolidados os produtos gerados pelas Comissões Temáticas 1, 2, 3 e 4. (CEBRASPE, 2022), de forma que, neste relatório, apresentamos a síntese do pertencente à atividade 3.2.

Reforça- se, porém, que a visão integral e articulada das proposições das políticas acadêmicas ocorrerá apenas com a entrega de todos os produtos, englobando as quatro comissões, cujas políticas estarão refletidas no PDI.

Essa atividade, bem como os produtos desenvolvidos, vão ao encontro do esperado como entrega para esta ação e, consequentemente, para a comissão temática relacionada, de forma que dão subsídios consistentes para o desenvolvimento do projeto e para a UnDF estabelecer as estruturas necessárias de planejamento e desenvolvimento institucional.

# REFERÊNCIAS

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. **Plano para Articulação das Ações 3 e 4 – Projeto UnDF**. Autora: ROBL, Fabiane. Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2021. (Projeto "Uma Universidade Distrital" - Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE (a).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_“ **Documento contendo a proposição de políticas e ações para pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico cultural.”** Autor: BARRETO, Mário Cesar.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto "Uma Universidade Distrital" — Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — CEBRASPE) (a).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_“ **Documento contendo proposição de políticas e ações de ensino para os cursos de graduação e pós-graduação, presencial e à distância.”** Autor: CORTELAZZO, Angelo.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto "Uma Universidade Distrital" — Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — CEBRASPE) (a).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_“ **Documento contendo a proposição da organização didático-pedagógica dos cursos com métodos, técnicas e metodologias ativas de ensino.”** Autor: CORTELAZZO, Angelo.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto "Uma Universidade Distrital" - Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE) (a).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_“ **Documento contendo proposição de políticas e ações para extensão.”** Autor: BARRETO, Mário Cesar; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto "Uma Universidade Distrital" — Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE) (a).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_“ **Documento contendo proposição de política de comunicação interna e externa.”** Autor: CORDEIRO, Bernadete; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto "Uma Universidade Distrital" — Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — CEBRASPE) (a).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_“ **Documento contendo a proposição de políticas para o acompanhamento de egressos.”** Autor: CORTELAZZO, Angelo.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto "Uma Universidade Distrital" - Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — CEBRASPE) (a).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_“ **Proposta de política de atendimento ao discente.”** Autor: BENTO, Karla L..; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto "Uma Universidade Distrital" — Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal — FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos — CEBRASPE) (a).

1. Termo de Colaboração n. 2/2020, firmado entre o Cebraspe, a FAPDF e a Funab/UnDF, cujo escopo visa à construção de um projeto de pesquisa de uma Universidade Distrital. [↑](#footnote-ref-1)